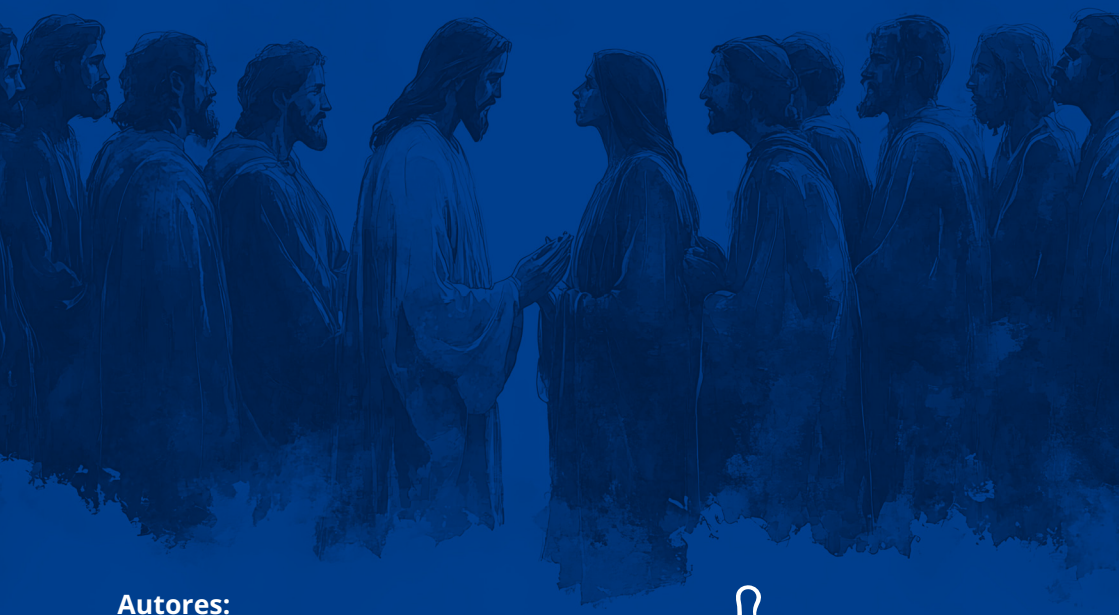
COLEÇÃO AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA

ESTUDO 1

DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Fundamentos bíblicos e primeiros séculos do cristianismo



Autores:

Padre Altair Manieri
Padre Jeferson Nogueira da Matta
Padre Leomar Antônio Montagna

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora

EXPEDIENTE

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB)

PRESIDENTE

Dom José Valdeci Santos Mendes
Bispo Diocesano de Brejo (MA)

BISPOS REFERENCIAIS

Dom Geremias Steinmetz
Arcebispo de Londrina (PR)

Dom João Aparecido Bergamasco
Bispo Diocesano de Primavera do Leste – Paranatinga (MT)

Dom José Reginaldo Andrietta
Bispo Diocesano de Jales (SP)

Dom José Ionilton de Oliveira
Bispo da Prelazia do Marajó (PA)

Dom Limacedo Antônio da Silva
Bispo Diocesano de Afogados da Ingazeira (PE)

ASSESSORIA

Alessandra Miranda
Padre Dário Bossi

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Cláudia Pereira
Jucelene Rocha

REVISÃO
Paulo Castro

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mateus Leal

APOIO
Misereor e Porticus

A Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB) tem como atribuição fortalecer a participação da Igreja na formação do desenvolvimento humano integral, na construção de uma sociedade justa e solidária, promovendo o respeito aos Direitos Humanos, à luz do Evangelho, da Doutrina Social da Igreja (DSI) e da opção pelos pobres. Sua missão é ser um instrumento de transformação da realidade à luz da Palavra de Deus e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) na promoção da pessoa e da comunidade, para que estas se tornem protagonistas, promotoras e defensoras da vida. A título de subsídio, oferecemos um estudo sobre o valor de se propagar um maior conhecimento da Doutrina Social da Igreja em todos os âmbitos eclesiais, para animar, fortalecer e mobilizar as Pastorais Sociais e os Movimentos Populares em vista da construção de uma sociedade mais de acordo com os valores do Reino de Deus propostos por Jesus Cristo.

COLEÇÃO AÇÃO SOCIOTRANSFORMADORA

ESTUDO 1

Doutrina Social da Igreja

Sumário

Clique nos temas abaixo para acessar o seu conteúdo

INTRODUÇÃO 05

FUNDAMENTOS BÍBLICOS 11

PRIMEIROS SÉCULOS DA IGREJA: A PATRÍSTICA 20

DIÁLOGO ENTRE AS ORIGENS E OS TEMPOS ATUAIS 24

FATOS QUE MARCARAM E AINDA MARCAM FORTEMENTE O CRISTIANISMO 26

O NÚCLEO DO CRISTIANISMO NASCENTE E DOS TEMPOS ATUAIS 30

1
INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade apresentar uma proposta para um projeto de estudo da Doutrina Social da Igreja em todas as Comunidades Eclesiais. Será um projeto amplo. Neste primeiro estudo serão abordados os **"Fundamentos bíblicos e primeiros séculos do cristianismo"**; no segundo estudo abordaremos **"As grandes Encíclicas Sociais, abordagem histórica sobre a visão da Igreja"**; no terceiro revisitaremos as **"Abordagens do Papa Francisco em relação às questões sociais"** e no quarto estudo **"Os grande princípios da Doutrina Social da Igreja"**.

> A Doutrina Social da Igreja é o conjunto de escritos, mensagens, cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos e declarações que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada 'questão social'. A Igreja, desde suas origens, sempre esteve confrontada a essa questão. No entanto, sua doutrina se convencionou como social somente a partir da Encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, em 1891.[1]

1 **Doutrina Social da Igreja**: História e conceitos fundamentais. Dom José Reginaldo Andrietta (bispo diocesano de Jales). In: Cad. Fé e Cultura, Campinas, v.2, n. 2, p. 104-105, jul./dez., 2017.

Os problemas sociais não estiveram ausentes dos posicionamentos anteriores à Encíclica *Rerum Novarum* e muito menos da prática da Igreja. É importante também ressaltar que a Doutrina Social da Igreja tem como fontes as Sagradas Escrituras. Abordaremos neste primeiro texto somente os fundamentos bíblicos e os primeiros séculos do cristianismo sobre a problemática social.

> O livro do Êxodo mostra que Deus vê o sofrimento do seu povo, escravo no Egito, ouve o seu clamor e desce para libertá-lo. Liberto, esse povo cria sua constituição na forma de mandamentos, regulando a vida social, econômica, política, moral e religiosa. Organizado em confederação de tribos, esse povo consegue viver uma experiência socializada por cerca de dois séculos. No entanto, ao assimilar o regime monárquico, incorpora a estrutura de classes sociais, negando a Aliança. Em decorrência dessa infidelidade, surge e se desenvolve o profetismo com forte incidência social e política.[2]

Após uma abordagem do Antigo Testamento, faz-se aqui uma apresentação de Jesus, modelo de missão libertadora, que faz irromper historicamente o Reino de Justiça, demonstrando por suas ações que a misericórdia é a plenitude da justiça. As bem-aventuranças, por exemplo, são um programa de vida proposto por Jesus com incidência sociopolítica. Nessa mesma linha, teremos alguns pronunciamentos significativos de ordem social e econômica do período da Patrística, tempo dos Santos Padres dos sete primeiros séculos da Igreja.

---

2 Idem, p. 105.

No segundo estudo desta coleção, vamos aprofundar a Eclesiologia do Vaticano II, que estabelece as bases para uma nova compreensão da presença da Igreja na sociedade, pois a questão social muda de novo e assume dimensões planetárias. Não se trata mais apenas da luta entre duas classes, nem de confronto entre dois modelos opostos de sistema socioeconômico (liberal e socialista). Agora está em discussão o próprio equilíbrio da humanidade, entre Norte rico e Sul pobre do mundo. Impõe-se, por isso, a construção de uma nova ordem mundial. As ideologias começam a entrar em crise, enquanto começam os processos de globalização mundial. A Igreja, por sua vez, se renova com o Concílio Vaticano II. Da proposta de uma terceira via católica (Pio XI) e de uma nova cristandade (Pio XII), o magistério passa agora a teorizar a necessidade do diálogo e da leitura dos sinais dos tempos. Este terceiro texto terá como foco as grandes Encíclicas Sociais, mediante uma abordagem histórica da visão da Igreja (documentos) em relação às questões sociais.

Sabe-se que, a partir da Encíclica *Rerum Novarum*, que tratou das condições de trabalho e de vida das massas urbanas marcadas por grande exploração e miséria, muitas outras questões sociais passaram a ser permanentemente tratadas pela Igreja, culminando em admiráveis posicionamentos de Papas e de Conferências Episcopais sobre problemas sociais específicos de cada país e continente. "Os princípios afirmados por Leão XIII serão retomados e aprofundados pelas encíclicas sociais sucessivas".[3] A Igreja no Brasil, em particular, tem uma história muito densa de análise, publicação e atuação em questões sociais. Todos esses posicionamentos e documentos serão tratados num tercei-

3 Idem, nº 90.

ro texto deste projeto amplo que se pretende para o estudo da Doutrina Social da Igreja.

O Papa Bento XVI dizia, ao inaugurar a V Conferência do CELAM, em Aparecida (SP):

> Será também necessária uma catequese social e uma adequada formação na Doutrina Social da Igreja, sendo muito útil para isso o 'Compêndio da Doutrina Social da Igreja'. A vida cristã não se expressa somente nas virtudes pessoais, mas também nas virtudes sociais e políticas.[4]

Por fim, no quarto estudo vamos abordar os Princípios Fundamentais da Doutrina Social da Igreja, que são: a dignidade intrínseca e inalienável da pessoa humana; a primazia do bem comum; a destinação universal dos bens; a primazia do trabalho sobre o capital; a subsidiariedade; a solidariedade.

Para o Estudo destes Princípios Fundamentais, e também de toda a Doutrina Social da Igreja, um dos documentos essenciais será o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, promulgado em 29 de junho de 2004. Ao tratar dos Princípios, o Compêndio assim se expressa:

> Os princípios permanentes da doutrina social da Igreja constituem os verdadeiros e próprios gonzos do ensinamento social católico. Estes princípios, expressões da verdade inteira sobre o homem conhecida através da razão e da fé, promanam 'do encontro da

4 BENTO XVI, Discurso Inaugural da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, 3.

> mensagem evangélica e de suas exigências, resumidas no mandamento supremo do amor com os problemas que emanam da vida da sociedade'. A Igreja, no curso da história e à luz do Espírito, refletindo sapientemente no seio da própria tradição de fé, pôde dar-lhes fundamentação e configuração cada vez mais acuradas, individualizando-os progressivamente no esforço de responder com coerência às exigências dos tempos e aos contínuos progressos da vida social.
>
> Estes princípios têm um caráter geral e fundamental, pois que se referem à realidade social no seu conjunto: das relações interpessoais, caracterizadas pela proximidade e por serem imediatas, às mediadas pela política, pela economia e pelo direito; das relações entre indivíduos ou grupos às relações entre os povos e as nações. Pela sua permanência no tempo e universalidade de significado, a Igreja os indica como primeiro e fundamental parâmetro de referência para a interpretação e o exame dos fenômenos sociais, necessários porque deles se podem apreender os critérios de discernimento e de orientação do agir social, em todos os âmbitos.[5]

5 Pontifício Conselho Justiça e Paz. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**, p. 160-161. Tradução da CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

2

FUNDAMENTOS BÍBLICOS

Costuma-se dizer que a Doutrina Social da Igreja (DSI) teve início com a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII, em concomitância com a explosão, no Ocidente, da chamada questão social, que se seguiu à Revolução Industrial. Mas, para entender o pensamento social católico, devemos retomar a antiguidade pré-cristã, isto é, devemos voltar aos livros do Antigo Testamento, bem como ao Novo Testamento e ao pensamento dos escritores do período chamado "Padres da Igreja", também chamado de período da Patrística. É importante lembrar que, após a época patrística, a teologia continuou a refletir sobre a ética da convivência social, pondo em relevo a inviolabilidade da vida humana, a santidade e a indissolubilidade do matrimônio, a dignidade da mulher, da criança, o valor do trabalho humano etc. Nos mosteiros e, depois nas universidades, foram elaborados princípios básicos que regulam a vida da sociedade. Tornaram-se assim beneméritos São Tomás de Aquino (+1274) e vários outros teólogos, canonistas e filósofos.

No começo do século XIX, o cenário europeu se modificou, em virtude da Revolução Industrial, do capitalismo e do liberalismo. Novos e graves problemas sociais surgiram, provocados por abusos do capital sobre o trabalho, o que suscitou a atenção dos chamados católicos sociais, que marcaram o século XIX e prepararam o caminho para a primeira encíclica papal sobre a questão operária, ou seja, a Rerum Novarum, de Leão XIII (1891).

Durante 18 séculos, a sociedade manteve suas estruturas fundamentais estacionárias. Foi no século XIX, em virtude do progresso da técnica, que a ordem socioeconômica foi transformada, afetando desastrosamente a classe operária. Então é que os problemas sociais tomaram vulto e relevo. Foi justamente naquela época que surgiram novos e grandes vultos do pensamento católico, preparando, assim, o contexto da Encíclica *Rerum Novarum.*

Hoje, levanta-se o problema de como apresentar e tornar crível e aceitável o ensinamento social cristão numa sociedade culturalmente pluralista e ideologicamente dividida, sempre mais secularizada e, em muitos aspectos, pós-cristã.

Com a mudança da questão social e com a evolução da reflexão teológica, também a DSI passou por fases diversas, renovando continuamente tanto o método de leitura das situações históricas quanto a resposta ético-religiosa a dar aos problemas novos, que emergiam seguidamente. Ao mesmo tempo, foi se afirmando no plano histórico e no plano teológico a tarefa sempre mais importante dos fiéis leigos, que passaram do papel de executores passivos das orientações da hierarquia para o papel de colaboradores ativos e responsáveis na própria elaboração da DSI.

Vejamos, então, alguns fundamentos bíblicos (AT e NT) e, também, o pensamento social cristão de alguns Padres da Igreja no período chamado de Patrística.

O Antigo Testamento

O estudo do Antigo Testamento manifesta, dentro da rigidez de suas expressões, um agudo senso humanitário. Este, sem dúvida, foi elevado à perfeição por Cristo no Sermão da Montanha, em que se encontram seis antíteses entre a Lei de Moisés e a Lei de Cristo (Mt 5,21-48). Esse senso humanitário é condição para que o culto religioso tenha valor. A salvação da pessoa humana não é obtida por ritos mágicos, mas se decide, antes de tudo, no coração do fiel. Naturalmente, essa salvação deve assumir formas de culto visível, dada a constituição psicossomática do ser humano.

O Antigo Testamento queria levar um povo rude e imaturo à perfeição espiritual ou à santidade, tal como podia ser entendida por aquela gente: "Sereis santos, porque eu sou santo" é um refrão dos livros de Israel (Lv 11,45; 19,2), refrão este que ressoará com outras palavras no Novo Testamento: "Sede perfeitos como vosso Pai Celeste é perfeito" (Mt 5,48). Na Nova Aliança, porém, a justiça do cristão deverá ser ainda mais copiosa e generosa, como adverte o Senhor em Mt 5,20: "Eu vos asseguro que, se a vossa justiça não ultrapassar a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus".

É na Lei de Moisés e nos livros dos Profetas que encontramos os principais traços da justiça social incutida pelo Antigo Testamento. As relações entre os membros da sociedade eram temas lembrados frequentemente pelos autores sagrados:

- O direito à propriedade é plenamente reconhecido. Por isto, o furto e a cobiça são condenados (Ex 20,15.17).
- A Lei procurava refrear a ganância dos proprietários, que redundaria em detrimento dos humildes e dos trabalhadores (Dt 24,14s).

- A Lei protege os assalariados e estrangeiros. Em certos casos, o israelita era exortado a ultrapassar a justiça e praticar a generosidade, abrindo mão até de seus direitos (Dt 24,10-13).
- Os profetas são muito severos em relação às injustiças sociais ou à exploração dos pequeninos (Am 5,10-14): "Vendem o justo por prata e o indigente por um par de sandálias. Eles esmagam sobre o pó da terra a cabeça dos fracos e tornam torto o caminho dos pobres" (Am 2,6s).
- Os profetas protestam muitas vezes contra a manipulação da justiça (Mq 3,9-12): "Vós transformastes o direito em veneno e o fruto da justiça em absinto" (Am 6,12).
- A Lei dedica especial consideração aos fragilizados da sociedade: o estrangeiro, o órfão, a viúva e o pobre (Dt 24,17s).
- A Lei orienta a não reproduzir elementos de opressão: "Não oprimirás o estrangeiro [...] porque fostes estrangeiros no Egito" (Ex 23,9).
- A Lei recomenda respeito e compaixão aos desamparados (Ex 22,20-22 e Dt 14,28s).
- A fidelidade a Deus é ser justo com os desprotegidos (Eclo 35,11-15).
- A vida moral e a prática da justiça devem ser coerentes com a religião e o culto divino. Os profetas enfatizam que as práticas religiosas não têm valor sem a observância da justiça. As celebrações rituais e mesmo os atos de penitência não acompanhados de respeito ao próximo são tidos como hipocrisia e abomináveis aos olhos do Senhor. O profeta ridiculariza o cerimonial e a gesticulação dos que são insensíveis à problemática social (Jr 7,2-7; Is 1,10s.15.18; Is 58,3-7).

- Os sábios de Israel sabiam que a prática da justiça e da retidão está ligada à sobriedade de vida. A opulência prejudica a prática da virtude, pois ilude o ser humano e lhe embota o olhar, que se deveria dirigir para os valores transcendentais. De outro lado, a miséria suscita tentações e, a seu modo, também dificulta a observância do bem (Pr 30,7-9). O Novo Testamento reconhece a legitimidade da riqueza honesta, mas chama a atenção para a sedução e o poder escravizador que ela pode exercer sobre o coração do ser humano. Daí a enfática recomendação de simplicidade e solidariedade de vida.
- O profeta Amós chega a dizer que é melhor não frequentar o templo se o coração é insensível aos sofrimentos dos fragilizados (Am 5,4-6ª.14s).

A exemplo de Amós, o profetismo de caráter sociopolítico perpassou séculos, culminando em João Batista, que terminou sua vida degolado por causa de suas denúncias.

Os textos citados, aos quais poderíamos acrescentar muitos outros, demonstram que a pedagogia aplicada pelo Senhor ao povo de Israel ensinava rigorosamente a justiça e, sempre que oportuno e cabível, incitava a ultrapassar a justiça em favor da gratuidade e da misericórdia. São João Paulo II, na Encíclica Rico em Misericórdia (Dives in Misericordia), focou esse mesmo horizonte: “Quem se guia exclusivamente pelos ditames da justiça ou dos direitos e deveres pode acabar cometendo tremenda injustiça” (DM, 12).

A revelação de Deus como Pai amoroso e misericordioso dá-se apenas progressivamente e se desenvolve junto com o crescimento cultural do povo eleito.

Revelação de Deus na cultura da legalidade: Deus justo

Na época da primeira revelação divina, as relações humanas entre parentes, entre soberano e súditos e o próprio matrimônio baseavam-se não no amor entendido como laço afetivo e sentimental, mas na cultura da legalidade, ou seja, na lei, no direito, no pacto.

Explica-se, portanto, por que a principal categoria com a qual Israel descreve a sua relação com Deus é a categoria da aliança, ou seja, de um pacto que prevê bênção para quem o respeita e maldição para quem o viola. Daí a primeira imagem de Deus como fiador da Aliança, que age de acordo com a justiça: premia o povo quando é fiel e pune-o quando transgride o pacto. É por isso que a religião do povo, no Antigo Testamento, consiste sobretudo da observância rígida da lei e é considerada como mera questão de justiça em relação a Deus.

Revelação de Deus como Pai misericordioso

A revelação de Deus como amor, isto é, como Pai misericordioso acontece mais tarde e progressivamente. Contudo, a revelação de Deus como amor gratuito e misericordioso alcança a sua plenitude em Cristo. Jesus nos revelou o Pai: “Quem me vê, vê o Pai”. Com Jesus, a dimensão jurídica da aliança com Deus não falta, mas a lei é sublimada e encontra o seu cumprimento no amor. Portanto, as imagens de Deus misericordioso, que não faltam no Antigo Testamento, no Novo Testamento, com Jesus,

levam vantagem sobre a imagem de um Deus punitivo, ligado à primazia da lei. A nova aliança não revoga a antiga, mas a aperfeiçoa, colocando como seu fundamento não mais o medo dos castigos de um Deus juiz, mas o amor de um Deus que é Pai, o qual dá aos seus filhos o Espírito Santo, que é Amor, e o mandamento novo do amor.[6]

O Novo Testamento

O Novo Testamento retoma e leva ao auge as grandes lições do Antigo Testamento referentes à justiça e à misericórdia.[7]

---

6 Na bula de proclamação do jubileu extraordinário da misericórdia, *Misericordiae vultus* – O rosto da misericórdia (11/04/2015), o Papa Francisco parte de uma premissa: "A Igreja tem a missão de anunciar a misericórdia de Deus, coração pulsante do Evangelho, que por meio dela deve chegar ao coração e à mente de cada pessoa" (12). Também no seu livro: "O Nome de Deus é Misericórdia" (traduzido no Brasil por Catarina Mourão, Editora Planeta, São Paulo: 2016), diante da difícil crise do mundo de hoje, acrescenta: "Creio que este seja o tempo da misericórdia [...]. A nossa época é um kairós de misericórdia, um tempo oportuno" (p. 22). Prosseguindo, acrescenta: "Nossa humanidade é uma humanidade ferida, uma humanidade que tem feridas profundas. Não sabe como curá-las ou pensa que não seja possível curá-las. E não há só doenças sociais, há pessoas feridas pela pobreza, pela exclusão social, por tantas escravidões do terceiro milênio. Também o relativismo fere muito as pessoas: tudo parece igual, tudo parece o mesmo. Esta humanidade precisa de misericórdia" (p. 30). É oportuno conhecer também o livro do Papa Francisco: "A Igreja da Misericórdia: minha visão para a Igreja". Organização de Giuliano Vigini. São Paulo: Editora Paralela, 2014.

7 O Novo Testamento manifesta o Mistério da Encarnação, que, no pensamento e no magistério do Papa Francisco, é o fundamento sobre o qual ele se apoia para propor, a partir da *Evangelii Gaudium* e de outros de seus documentos, uma renovação eclesial inadiável, fundamento da missão da Igreja, isto é, uma Igreja em permanente estado de missão.

Os textos do Novo Testamento insistem sobre a justiça social, fazendo eco aos profetas do Antigo Testamento e, também, levando em conta a perene ameaça de exploração da pessoa humana por parte dos seus semelhantes. A perfeição da vida cristã consiste na caridade. Na verdade, a justiça e o direito são indispensáveis para garantir a boa ordem da sociedade, mas não promovem a união ou a comunhão fraterna. Os seres humanos, regidos apenas pela justiça, podem ser frios ou indiferentes uns aos outros. É a caridade que abre o olho do cristão para o próximo nas suas necessidades mais ocultas, inspirando, por vezes, a renúncia aos próprios direitos em vista de um atendimento generoso e profundo aos irmãos.

Cristo, cujo caminho foi preparado por João Batista, anuncia sua missão libertadora, conforme Lucas 4,18-19, e faz irromper historicamente o Reino de Justiça, demonstrando por suas ações que a misericórdia é a plenitude da justiça. As bem-aventuranças (Mt 5,3-12 e Lc 6,20-26) são um programa de vida proposto por Jesus com incidência sociopolítica. As bem-aventuranças de Mateus são também uma espécie de constituição do novo povo de Deus formado por Jesus. Para Mateus, Jesus é o novo Moisés, que propõe um programa de vida para que esse novo povo de Deus possa, realmente, se constituir.

Jesus apresenta a nova constituição, tendo como primeiros destinatários os pobres, os aflitos, os despossuídos, os famintos e todos os que lutam pela justiça. Pobre na compreensão judaica é o *anawim*. Os *anawins* são pessoas curvadas pelo peso do sistema. São pessoas oprimidas que depositam sua confiança em Deus como último recurso, pois a sociedade lhes nega justiça. Ao dizer que deles é o Reino dos Céus, Jesus inverte a ordem social que privilegia os detentores de bens. Paralelamente, vemos no Magnificat (Lc 1,45-55) Maria proclamar

que o Senhor derruba do trono os poderosos e eleva os humildes, enche de bens os famintos e despede os ricos de mãos vazias. Jesus, com essa consciência sociopolítica, que aprendeu também de Maria, exorta seus seguidores à mudança radical de vida: "Convertam-se, porque o Reino do Céu está próximo!" (Mt 4,17). Trata-se da *metanoia*, ou seja, a conversão radical.[8]

Os primeiros cristãos exerciam a comunhão de bens espontânea e, com renúncia à propriedade particular, favoreciam o senso de solidariedade e fraternidade, tornando-se modelos de vida religiosa regular, que desde o século IV assume diversas modalidades na Igreja (AT 2,44ss; At 4,36ss e At 5,1-4).

O **Apóstolo Paulo** prega a simplicidade de vida aconselhada por Jesus e mostra os perigos da avareza (1Tm 6,7-10).

A **Epístola de São Tiago**, escrita por um judeu cristão muito fiel a certos princípios da tradição israelita, faz ressoarem advertências dos Profetas aos proprietários injustos (Tg 5,1-5). O autor também condena a acepção de pessoas ou a discriminação feita em função de riqueza ou pobreza (Tg 2,1-4).

No Novo Testamento, a boa notícia é que Deus não raciocina como nós. Para Ele, justiça e misericórdia não são dois aspectos em contraste entre si, mas duas dimensões de uma única realidade, que se desenvolve progressivamente até alcançar o seu ápice na plenitude do amor gratuito. O Papa Francisco, na Bula *Misericordiae Vultus* (O Rosto da Misericórdia), resume, nos parágrafos vinte e vinte e um (20-21), estes dois aspectos, sobre justiça e misericórdia. O Papa também liga a misericórdia com a opção preferencial pelos pobres, dizendo o seguinte:

---

8 **Doutrina Social da Igreja**: História e conceitos fundamentais. Dom José Reginaldo Andrietta (Bispo Diocesano de Jales). In: Cad. Fé e Cultura, Campinas, v.2, n. 2, p. 105-106, jul./dez., 2017.

> A opção preferencial pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus manifesta a sua misericórdia antes de mais a eles. [...] Somos chamados a descobrir Cristo neles: não só a emprestar-lhes a nossa voz nas suas causas, mas também a ser seus amigos, a escutá-los, a compreendê-los e a acolher a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles (EG, 198).

O Papa menciona algumas categorias de pobres: os sem-teto, os dependentes químicos, os refugiados, os idosos sozinhos e abandonados, os imigrantes, as crianças sem pais, as pessoas com incapacidades, as jovens mães, os doentes...

Para o Papa, a opção preferencial pelos pobres nos fará assemelhar-nos ao Pai misericordioso e contribuirá como sinal e fermento para encontrar a justiça e o amor nas relações entre as pessoas. Trata-se de ter coragem de começar a dar muitos pequenos passos no sentido da síntese entre a justiça e a solidariedade para que venha a "civilização do amor", a qual todos somos chamados a construir:

> Cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo. [...] A Igreja, guiada pelo Evangelho da Misericórdia e pelo amor ao homem, escuta o clamor pela justiça e deseja responder com todas as suas forças (EG, 183 e 187ss).

3

PRIMEIROS SÉCULOS DA IGREJA: A PATRÍSTICA

Nos primeiros séculos do cristianismo, o pensamento social cristão foi explicitado pelos grandes escritores chamados Padres da Igreja, porque pela fidelidade à Palavra de Deus transmitiram o compromisso pela dignidade humana às gerações posteriores. As suas obras constituem o que se denomina a Patrística. Os Padres da Igreja talvez surpreendam muitos leitores contemporâneos pela audácia de suas afirmações. Na verdade, não são mais do que a expressão do Evangelho, que eles desejavam apregoar com eloquência a um mundo ainda marcado por vestígios do paganismo. Os seus dizeres conservam plena atualidade, pois lembram a necessidade de coerência por parte do cristão que deseje ser fiel a Cristo em sua vocação. Lembremo-nos do que, recentemente, nos disse o Concílio Vaticano II: "Um dos erros mais graves de nosso tempo é a falta de coerência, ou seja, o divórcio entre fé e ação social-política dos cristãos: ao negligenciar os seus deveres temporais, o cristão negligencia os seus deveres para o próximo e o próprio Deus e coloca em perigo a sua salvação eterna".[9]

9 *Gaudium et Spes*, 43.

A seguir, apresentamos alguns autores e obras relevantes.

ANO

A Didaqué ou Doutrina dos Apóstolos – É o mais antigo Catecismo da Doutrina Cristã. Data de fins do século I. Enfatiza o desprendimento do coração e a partilha dos bens.

215 **Clemente de Alexandria** (215) – Afirma que as riquezas são dadas ao ser humano pela munificência de Deus bom. Como tais, essas riquezas não são nem boas nem más. É o ser humano quem lhes dá a sua qualificação ética. Não são as riquezas que precisam de ser destruídas, mas os vícios do coração, que provocam a avareza dos que possuem e a cobiça dos que não possuem. O rico vem a ser um usufrutuário dos dons de Deus.

379 **São Basílio** (379) – Além de pregar a justiça e o senso humanitário, construiu uma cidade, que o povo chamava a *Basilíada*. Havia nessa cidade um abrigo para pessoas idosas, um hospital, com uma ala reservada às doenças contagiosas, e a distribuição de sopa popular. Basílio se insurgiu contra a ganância egoísta em numerosos textos: "Possuir mais do que o necessário é prejudicar os pobres, é roubar". Ou ainda: "Quem despoja das suas vestes um homem terá o nome de ladrão. E quem não veste a nudez do mendigo, quan-

do o pode fazer, merecerá outro nome? Ao faminto pertence o pão que tu guardas. Ao homem nu, o manto que fica nos teus baús. Ao descalço, o sapato que apodrece na tua casa. Ao miserável, o dinheiro que tu guardas enfurnado" (Homilia, 6,7).

329 - 390 **São Gregório de Nazianzo** (329-390) – É um dos maiores oradores cristãos de todos os tempos. Proferiu notável discurso sobre o amor aos pobres: "Enquanto é tempo, visitemos a Cristo, cuidemos de Cristo, alimentemos a Cristo, vistamos a Cristo, acolhamos a Cristo [...] por meio dos pobres e dos que jazem prostrados, a fim de que, ao sairmos deste mundo, nos recebam eles nos eternos tabernáculos".

397 **Santo Ambrósio** (397) – Foi mais audaz do que Basílio. Constatou que as diferenças de classes sociais se espalhavam até mesmo dentro da Igreja. Por isso, pregava com severidade os malefícios da avareza.

407 **São João Crisóstomo** (407) – Pregava com eloquência (não sem motivos, ganhou o epíteto de *Boca de Ouro*) contra os abusos morais da corte e dos ricos gananciosos. Ele tinha um sonho de comunhão de bens que poderia ser realizado em pequenas comunidades: "Não nos mostremos mais ferozes do que os animais mais estúpidos. Entre eles, tudo é comum: a terra, as nascentes, as pastagens, as montanhas, os bosques [...]" (Homilia sobre Davi, 4).

430 **Santo Agostinho** (430) – Inegavelmente, é um dos maiores gênios da humanidade. Os seus escritos se destacam não só pela profundidade do conteúdo, mas também pela elegância despretensiosa e simples de sua forma. Ele desmascara a eventual soberba e a autossuficiência de quem a possui e, de maneira suave e persuasiva, incita seus ouvintes ao amor fraterno, que é o cume da perfeição.

431 **São Paulino de Nola** (431) – Preocupou-se com a temática da riqueza e da pobreza. Lembrou a importância de um coração puro, livre de qualquer apego desregrado. Quem possui tal coração intui valores que os olhos da natureza são incapazes de perceber.

4

DIÁLOGO ENTRE AS ORIGENS E OS TEMPOS ATUAIS

Muitas pessoas veem hoje a Igreja Católica como uma instituição severa, autoritária, clerical, moralista, controladora das mentes e das liberdades, sendo, às vezes, considerada um obstáculo à construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Daí podemos entender o fato de muitos intelectuais que, tendo restrições à instituição eclesial e sendo dela distanciados, professam e vivem, mesmo assim, valores evangélicos, ainda que em sua versão secularizada – direitos humanos, justiça social, respeito à liberdade e outros. São pessoas não ativas na comunidade cristã e, por isso, consideradas como não religiosas. Alguns apontam, e com razão, uma distância entre a vida de Jesus Cristo – seu comportamento e sua pregação – e a experiência pessoal que tiveram com certas práticas da Igreja que conhecem. Alguns até pensam que é melhor ser um ateu humanista e sensível aos problemas sociais do que ser um cristão hipócrita.

> Quantas vezes ouvimos dizer, nos bairros e outras partes: 'Ser católico como aquele, melhor ser ateu'. O escândalo é isso. Destrói. Joga você no chão. Isso acontece todos os dias, basta ver os telejornais e ler os jornais. Os jornais noticiam vários escândalos e fazem publicidade de escândalos. Com os escândalos se destrói a esperança cristã (Papa Francisco, Homilia na Casa Santa Marta, 21/02/17).

Para ser um bom cristão, é necessário haver um testemunho de vida, uma comunhão com Deus, uma conversão.[10] Não haverá humanidade nova se não houver, em primeiro lugar, pessoas novas que firmaram suas vidas na potência divina. "O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ou, então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas", já dizia o Papa Paulo VI.[11] Mas temos que ter em consideração que a Igreja consiste numa comunidade de fiéis, comunidade esta que se encontra sempre inserida numa sociedade, numa cultura, num contexto histórico, sendo inevitavelmente influenciada pela sociedade envolvente.

---

10 "Se não conhecemos a Deus em Cristo e com Cristo, toda a realidade se torna um enigma indecifrável; não há caminho e, não havendo caminho, não há vida nem verdade" (DA, 22 apud DI, 3). Outros parágrafos do Documento de Aparecida que podem nos ajudar nessa reflexão: 42, 276, 279, 280, 283, 286 e 330.

11 PAULO VI. Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* sobre a Evangelização no Mundo Contemporâneo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1976, p. 41.

5

FATOS QUE MARCARAM E AINDA MARCAM FORTEMENTE O CRISTIANISMO

Os primeiros cristãos foram fortemente influenciados pelas concepções dominantes daquela sociedade. Do platonismo, assumiram a valorização do espírito sobre a matéria, vista mais como obstáculo. Do estoicismo, um moralismo exigente, que defendia a ascese e abominava o prazer. Diante das ameaças externas à comunidade eclesial por parte das heresias, ganha força o papel da autoridade hierárquica, com o advento do monoepiscopado. Igualmente, a cultura machista de então explica o rebaixamento das mulheres na comunidade eclesial. Do desafio posto pela filosofia grega, valorizaram-se sobremaneira a reflexão doutrinal e mesmo certo intelectualismo da fé, que marcará o cristianismo ocidental. Do Direito Romano, uma ênfase no aspecto jurídico das verdades de fé e na estrutura da Igreja, características da Igreja do Ocidente. A ascensão do

cristianismo como religião oficial do Império Romano tornou a Igreja detentora de tal poder, que poderá se defrontar com o poder civil nos séculos seguintes, com uma crescente centralização do poder papal. Sabemos que o longo período da cristandade, quando então a visão cristã do mundo era hegemônica na sociedade e quando ela mantinha estreita aliança com a nobreza, acabou por dificultar sobremaneira que a Igreja pudesse aceitar a modernidade emergente nas ciências (Galileu), na política (democracia), na cultura (liberdade e autonomia do sujeito), numa atitude de desconfiança só superada parcialmente no Concílio Vaticano II. Em parte, explica-se por que, ainda hoje, certos setores da Igreja pleiteiam uma volta ao período pré-conciliar, de divórcio entre a Igreja e a sociedade (tradicionalismo católico), em busca de segurança numa época agitada e em contínua transformação. O Papa Francisco nos diz que devemos rever costumes e conceitos do passado:

> Podem até ser belos, mas agora não prestam o mesmo serviço à transmissão do Evangelho. Não tenhamos medo de revê-los! Da mesma forma, há normas ou preceitos eclesiais que podem ter sido muito eficazes noutras épocas, mas já não têm a mesma força educativa como canais de vida [...]. O perigo autorreferencial é se sentir superior aos outros por cumprir determinadas normas ou por ser irredutivelmente fiel a um certo estilo católico próprio do passado. É uma suposta segurança doutrinal ou disciplinar que dá lugar a um elitismo narcisista e autoritário, onde, em vez de evangelizar, se analisam e classificam os demais e, em vez de facilitar o acesso à graça, consomem-se as energias a controlar (EG, 43 e 94).

Também neste longo período de sua história se forjou na Igreja uma espiritualidade típica, na qual havia uma clara distinção entre o sagrado e a vida concreta, uma ênfase no pecado e na culpabilidade, uma valorização da obediência que promovia um indevido clericalismo, uma oferta de certezas inabaláveis e um forte apelo à generosidade. Tais características facilitaram sobremaneira a transmissão da fé no passado. Entretanto, já não podemos afirmar o mesmo em nossos dias, devido à rejeição da culpabilidade exacerbada, do jurisdicismo e do clericalismo, especialmente por parte dos jovens. O Papa Francisco faz um alerta:

- **Espiritualidade e compromisso social:** "Hoje nota-se em muitos agentes pastorais e mesmo em pessoas consagradas que a vida espiritual se confunde com alguns momentos religiosos que proporcionam algum alívio, mas não alimentam o encontro com os outros, o compromisso no mundo, a paixão pela evangelização" (EG, 78).

- **Espiritualidade não é fuga:** "Muitos tentam escapar dos outros se fechando na sua privacidade confortável ou no círculo reduzido dos mais íntimos e renunciam ao realismo da dimensão social do Evangelho. Porque, assim como alguns quiseram um Cristo puramente espiritual, sem carne nem cruz, também se pretendem relações interpessoais mediadas apenas por sofisticados aparatos, por ecrãs (telas) e sistemas que se podem acender e apagar à vontade. Entretanto o Evangelho convida-nos sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que inter-

> pela, com o seu sofrimento e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado. A verdadeira fé no Filho de Deus feito carne é inseparável do dom de si mesmo, da pertença à comunidade, do serviço, da reconciliação com a carne dos outros. Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura" (EG, 88).

Naturalmente, os anos posteriores ao Concílio Vaticano II e, sobretudo, a figura do Papa Francisco atenuaram, em parte, as consequências desta imagem de Igreja, embora ela ainda se imponha à consciência de muitos dos nossos contemporâneos. De qualquer modo, esta situação, vivida por todos nós, pede que repensemos como garantir a identidade cristã e como atingir os objetivos de uma sociedade mais justa e fraterna.

6

O NÚCLEO DO CRISTIANISMO NASCENTE E DOS TEMPOS ATUAIS

Tudo tem início com a proclamação de Jesus Cristo sobre o irromper do Reino de Deus em sua pessoa: "Cumpriu-se o tempo e está próximo o Reino de Deus" (Mc 1,15). Tal expressão, sempre presente na atividade de Jesus, significa a soberania de Deus ou simplesmente o domínio de Deus, um domínio não pela força, mas nascido do amor e promotor de vida. Poderíamos, ainda, caracterizar o Reino de Deus como o projeto de Deus para a humanidade, a saber, para uma convivência possível e feliz dos seres humanos. Nas palavras e nas ações de Jesus, Deus se revela como alguém que quer a felicidade dos seres humanos, que deseja uma humanidade que se constitua como uma grande família no respeito e no amor mútuo. Um projeto, aliás, já iniciado no Antigo Testamento, de modo a ocasionar a formação de um povo por intermédio da lei e dos profetas, sempre na expectativa de sua realização num futuro, que chega à sua plenitude em Jesus de Nazaré.

Suas palavras e suas ações buscam despertar a fé e a confiança em Deus, Pai de todos, sobretudo por intermédio de suas parábolas e de suas curas, que expressam com simplicidade o rosto deste mistério que chamamos Deus. Um Jesus misericordioso e paciente com as limitações próprias da condição humana, mas sensibilizado e sofrido com a situação dos pobres, dos injustiçados, dos últimos da sociedade. Uma leitura atenta do Sermão da Montanha, tal como nos apresenta São Mateus (Mt 5-7), comprova o que afirmamos e deixa claro que as relações pessoais corretas e fraternas são mais importantes para Deus do que cerimônias ou tradições religiosas a serem observadas. Pois Jesus relativiza o sábado, o templo e as personagens religiosas sempre que esteja em questão um ser humano em necessidade. Deste modo, Jesus revela o rosto de Deus, já que ele é sua expressão humana (Jo 14,9), e o comprova pelas curas, pelo acolhimento a todos, pelo perdão e por seu comportamento diante da mulher, da criança e do pobre, evidenciando que Deus é o Deus que promove a vida, a felicidade e a dignidade de todo e qualquer ser humano.

Para o Papa Francisco, a dimensão social não é acrescentada ao Evangelho, mas tem com ele uma relação interna e intrínseca:

> Ao lermos as Escrituras, fica bem claro que a proposta do Evangelho não consiste só numa relação pessoal com Deus. [...] A proposta é o Reino de Deus (Lc 4,43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos (EG, 180).

Consequentemente, a vida de Jesus Cristo, dedicada inteiramente à humanidade, determina a identidade decisiva do que realmente é o cristão. É essa a sua vida, que caracteriza, inequivocamente, o que é o cristianismo e que confere à Igreja sua razão de ser, a saber, levar à humanidade o projeto de Deus. Entretanto, sabemos por experiência que o referido projeto não se realiza perfeitamente nesta vida, pois nem todos os seres humanos dotados de liberdade acolhem tal projeto, uma vez que preferem viver voltados para si mesmos, satisfazendo suas ambições de poder, de prestígio e de bens materiais, à custa de seus semelhantes. Portanto, o projeto de Deus para a humanidade só se realizará plenamente na outra vida. Assim como aconteceu com Cristo ressuscitado, também conosco a vida plenamente feliz só se dará na vida em Deus, a saber, numa comunidade fraterna caracterizada pelo amor e pela justiça. Entretanto, já nesta vida o projeto de Deus acontece cada vez em que nos voltamos para o nosso semelhante com ações gratuitas (caridade efetiva), que estarão presentes no Reino definitivo na outra vida, pois constituem nossa pessoa plasmada ao longo de nossa vida pelo uso de nossa liberdade.

Mesmo para os que não têm fé, a pessoa de Cristo impressiona pelo cuidado com os outros, pela sua humanidade. Para nós, cristãos, Ele é o humano perfeito, o humano querido por Deus, alguém que nos traz a verdade sobre o ser humano (Jo 1,9) e que nos ensina o que deve ser o próprio ser humano, como declara a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes:* "Cristo manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre sua altíssima vocação" (GS 22). Pois não apenas assumiu uma natureza humana abstratamente considerada, mas mostrou, ao longo de sua vida, o que significa ser realmente humano, ao levar vida,

ânimo, esperança, sentido, numa palavra, amor, aos seus contemporâneos e nada recusando do que constituía o normal da vida humana.

Portanto, e esta conclusão é importante, o cristão se caracteriza, como tal e antes de tudo, por assumir o modo de vida de Jesus Cristo, mais do que por confissões doutrinais, recepção de sacramentos, fidelidade a tradições religiosas. Esta conclusão pode também ser formulada mais incisivamente – o humano autêntico é cristão e o cristão autêntico é humano. O cristianismo se revela, assim, como um humanismo revelado pelo próprio Deus na pessoa de Jesus Cristo. Tudo o que diminui o ser humano em sua dignidade é não apenas desumano, mas essencialmente anticristão, mesmo que tenha sido perpetrado pela Igreja ou em nome de Deus. Porque o cristianismo nada rejeita de humano, mas sim luta contra tudo o que desumaniza a pessoa. Aqui se manifesta o motivo pelo qual a cruz está sempre presente no humano autêntico, como se deu com Jesus Cristo e com seus autênticos seguidores ainda hoje, pois o cuidado com o outro implica a renúncia a si próprio e a experimentação da incompreensão da cultura individualista e hedonista hodierna.

Sagrado para o cristianismo é o ser humano, como fica claro na parábola do bom samaritano (Lc 10,25-37) e no discurso sobre o Juízo Final (Mt 25,31-46). Entretanto, este núcleo da fé cristã necessita expressar-se numa doutrina, ser celebrado num culto, ser manifestado em normas morais e ser vivido numa comunidade de fiéis. São os sinais exteriores da fé, necessários à vida cristã. Infelizmente, a história da Igreja nos demonstra que, no passado, insistiu-se mais na dimensão religiosa da fé, ficando em segundo plano sua vivência evangélica, a qual nasce e se constitui nas relações interpessoais. Reduziu-se, assim, o cristianismo a confissões doutrinais, recepção de sacramentos, obser-

vância de preceitos morais, devoções a santos, constitutivos próprios de qualquer religião, mas decisivamente relativizados em face do amor fraterno, como nos ensinam Paulo (1Cor 13,1-3) e João (1Jo 4,20s), inspirados em Jesus Cristo.

Hoje, boa parte da dificuldade da Igreja com as gerações mais jovens encontra aqui sua explicação. Pois as expressões "religiosas" não são mais captadas pelos jovens, por apresentarem uma linguagem obscura, seja nos pronunciamentos do magistério, seja na liturgia eucarística, impedindo-os, assim, de chegar ao coração da fé cristã. Como afirma o Papa Francisco: "Somos fiéis a uma formulação, mas não transmitimos a substância" (EG 41).

O que, sem dúvida, caracteriza o cristão é este cuidado com o outro, que exige não se deixar aprisionar pela preocupação egocêntrica que nos habita. Trata-se de um critério que brota do próprio Evangelho e que desmente certa identidade cristã, mais precisamente católica, baseada apenas em alguns sacramentos recebidos e, em geral, vivida individualisticamente, uma religiosidade sem compromisso, distante da comunidade de fé, construída a partir de necessidades pessoais e que emerge por ocasião das crises existenciais. Uma prova evidente dessa enganosa religiosidade está em nosso continente latino-americano, maciçamente cristão, mas escandalosamente desigual e injusto com relação aos mais pobres.

Mais uma vez, enfatizemos: o projeto de Deus, a implantação do Reino de Deus, o advento de uma sociedade fraterna e justa caracterizaram a vida e a pregação de Jesus e devem caracterizar igualmente a vida e a pregação da Igreja. O Papa Francisco deixou claro que a Igreja deve ser "um canal proporcionando mais à evangelização do mundo atual do que à sua autopreservação" (EG 27). Pois é sua missão manter vivo e atual, por meio

dos cristãos, ao longo dos séculos, o projeto de Deus para a humanidade. Essa é a missão da Igreja na sociedade e para a sociedade.

Vivemos hoje uma cultura dominada pelo fator econômico, uma racionalidade voltada para a produtividade, a eficácia e o lucro, que tudo valoriza apenas por seu valor de mercadoria: cultura, futebol, carnaval, religião, arte, saúde, educação e até mesmo as relações interpessoais, que se tornam muito frágeis. Tal ideologia do mercado, assim chamada por alguns, não oferece valores sólidos, substantivos, pelos quais as jovens gerações possam construir uma personalidade adulta e madura. Tudo, enfim, se encontra submetido aos resultados e deve seu reconhecimento à sua eficácia. Nesta ótica também é visto o ser humano. Trata-se apenas de uma peça na complexa engrenagem da produção de bens, podendo ser tranquilamente substituído por outro, quando não consegue alcançar os resultados previstos.

Sem dúvida, assistimos hoje a uma desvalorização da vida humana, que, de fato, conta bem menos do que a eficácia financeira. O florescente comércio de armas, a fome de milhões de pessoas (sobretudo, de crianças), a concentração de renda com a crescente desigualdade social, os muros erguidos diante dos emigrantes e o comércio de seres humanos para fins inconfessáveis denotam uma falta de sensibilidade humana, mais grave do que no passado, pois hoje dispomos de recursos científicos e materiais para minorar tais desgraças.[12] Fala-se mesmo de uma globalização da indiferença. Entretanto, quaisquer instituições, atividades e concepções de vida só têm sentido se estão voltadas para a vida do ser humano. Trata-se de uma conclusão que defi-

12 Nunca na história tivemos um progresso tão grande, nunca na história da humanidade o ser humano passa por uma solidão tão profunda.

ne o humanismo autêntico e o sentido do cristianismo, uma conclusão que caracteriza a finalidade de uma comunidade cristã.

O Antigo Testamento afirma que fomos criados à imagem de Deus (Gn 1,26), mas Paulo assevera que a imagem de Deus é Jesus Cristo (2Cor 4,4). A Ele devemos nos assemelhar (Rm 8,29), a Ele que passou por esta vida fazendo o bem (At 10,38) e que indica o "fazer o bem" como critério não só de realização humana, mas também de salvação eterna (Rm 2,7). A gratuidade é constitutiva do ser divino e certamente o traço divino no ser humano, cuja plena realização consiste no amor. Nossa fé proclama que "Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem".[13]

13 Exortação Apostólica *Ecclesia in América,* p. 67.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Teologia moral: o que você precisa viver e saber**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

ALVES, Pe. Antônio Aparecido. **Conceito de Doutrina Social da Igreja**. Disponível em: <http://www.dehonianos.org.br/>.

ÁVILA, Fernando Bastos. **Solidarismo**: Alternativa para a globalização. Aparecida (SP): Ed. Santuário, 1997.

BITTENCOURT, Estevão. Escola "Mater Ecclesiae". **Curso de Doutrina Social da Igreja**. Disponível em: <http://www.materecclesiae.com.br/index.htm>.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina Social da Igreja**: abordagem histórica. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

CNBB. **Temas da Doutrina Social da Igreja**. Projeto Nacional de Evangelização: Queremos Ver Jesus Caminho, Verdade e Vida. Cadernos 1, 2 e 3, 2004 e 2006.

_____ **Ética**: Pessoa e Sociedade. São Paulo: Edições Paulinas, 1993. Doc. nº 50.

_____ **Manual da Campanha da Fraternidade 2019**: Fraternidade e Políticas Públicas. Brasília (DF): Edições CNBB, 2019.

COLEÇÃO ENSINO SOCIAL DA IGREJA. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1992. 4 volumes.

COLEÇÃO HUMANITAS. **O Ensino Social e a Globalização**. São Leopoldo (RS): Ed. Unisinos, 2002.

COLEÇÃO OS PADRES DA IGREJA 6. **Os Padres da Igreja e a Questão Social**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

COLEÇÃO TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. ANTONCICH, R. & MUNARRIZ SANS, José Miguel. **Ensino Social da Igreja**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

COLEÇÃO TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO. DUSSEL, E. **Ética comunitária**: Liberta o pobre. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

COLEÇÃO TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: MOSER, A. & LEERS, B. **Teologia moral**: Impasses e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998.

DOUTRINA SOCIAL E UNIVERSIDADE: **o cristianismo desafiado a construir cidadania**. PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligorio (orgs.). São Paulo: Paulinas, 2007.

FRANCISCO, Papa. **A Igreja da misericórdia**: minha visão para a Igreja. São Paulo: Paralela, 2014.

_____ **O nome de Deus é misericórdia.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

GASDA, Élio Estanislau. **Trabalho e capitalismo global**: Atualidade da Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____ **Cristianismo e Economia**: Repensar o trabalho além do capitalismo. São Paulo: Paulinas, 2014.

_____ **Economia e bem comum**: o cristianismo e uma ética da empresa no capitalismo. Coleção Ethos. São Paulo: Paulus, 2016.

_____ **Doutrina Social**: Economia, Trabalho e Política. São Paulo: Paulinas, 2018.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia Social Crítica como prática de libertação**. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Edipucrs, 2005.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II**: cem anos de Doutrina Social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1995.

LIBÂNIO, João Batista. **Teologia da Libertação**. Roteiro didático para um estudo. São Paulo: Ed. Loyola, 1987.

MOSER, Antônio. **Mudanças na moral do povo brasileiro**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.

RUSS, Jacqueline. **Pensamento ético contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 1999.

SORGE, Bartolomeo. **Por uma civilização do amor**: A proposta social da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1998.

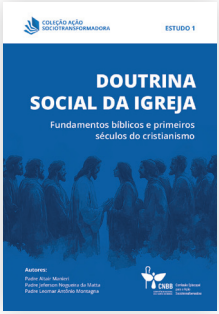
_____ **Breve Curso de Doutrina Social.** São Paulo: Paulinas, 2018.

SUNG, Jung Mo; SILVA, Josué C. da. **Conversando sobre ética e sociedade**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

ZACHARIAS, Ronaldo & MANZINI, Rosana. **A Doutrina Social da Igreja e o cuidado com os mais frágeis**. São Paulo: Paulinas, 2018.

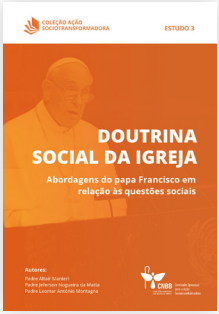
Obs.: os documentos pontifícios, de congregações romanas e os documentos da Igreja Latino-Americana e do Brasil não estão aqui relacionados.

Leia todos os títulos da coleção:



Estudo 1
Doutrina Social da Igreja:
Fundamentos bíblicos
e primeiros séculos do
cristianismo

Estudo 2
Doutrina Social da Igreja:
As grandes Encíclicas Sociais,
abordagem histórica sobre a visão da
Igreja em Relação às questões sociais



Estudo 3
Doutrina Social da Igreja:
Magistério do Papa
Francisco

Estudo 4
Doutrina Social da Igreja:
Os grandes princípios

Organização:

CNBB
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora

Apoio:

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT

PORTICUS

cepastcnbb.org.br/

Acesse nosso site e nossas redes

@Cepastcnbb
Cepast-CNBB
Cepast CNBB
@Cepastcnbb